



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



PROJETO DE LEI N° 52A/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Institui o Estatuto do Pedestre no Município de Santa Rita do Sapucaí/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Santa Rita do Sapucaí/MG, o Estatuto de Pedestres.

Art. 2º. Para fins de aplicação desta lei, pedestre é toda pessoa que, circulando à pé, utiliza os passeios públicos e as calçadas dos logradouros, vias, travessas, vias de pedestres, vielas, escadarias, passarelas, passagens subterrâneas, praças e áreas públicas na área urbana e rural do Município.

Parágrafo único. Considera-se também pedestre, com direitos, deveres e responsabilidades, a pessoa que utiliza carrinho de bebê, cadeira de rodas motorizada ou não, o ciclista desmontado e conduzindo à pé a bicicleta, o trabalhador de coleta de resíduos, varrição e atividades nas vias e logradouros.

Art. 3º. Todos os pedestres têm direito à qualidade da paisagem visual, ao meio ambiente seguro e saudável, ao desenvolvimento sustentável da cidade, direito de ir e vir, de circular livremente à pé, com carrinhos de bebê ou em cadeiras de rodas, nas faixas de travessia sinalizadas das vias, nos passeios públicos, calçadas, praças e áreas públicas, sem obstáculos de quaisquer naturezas, assegurando-lhes segurança, mobilidade, acessibilidade e conforto, protegendo, em especial, as crianças, as pessoas portadoras de deficiência, com mobilidade reduzida, e as da terceira idade.

Art. 4º. São assegurados aos pedestres, na forma da lei e na medida da disponibilidade orçamentária do município, os direitos:

I - à preservação da vida, à integridade física e mental do cidadão, que exerce seu direito constitucional de ir e vir;

II - à limpeza e conservação dos passeios e calçadas, com inclinação e largura previstas nas normas técnicas e leis específicas, adequadas à circulação e à mobilidade, livres e desimpedidas de quaisquer obstáculos, públicos ou privados, fixos ou não, em especial mesas, cadeiras, canteiros, jardineiras, prismas de concreto, automóveis e veículos, mesmo que oficiais, mobiliário urbano com publicidade ou não, tapumes de obras em imóveis e obras de concessionárias de serviços públicos, que deverão seguir o disposto nesta lei;

III - à existência de refúgios de proteção nas paradas de ônibus e nos pontos sinalizados de travessia de pedestres nas vias arteriais e coletoras, com ou sem canteiro central, com tamanho adequado ao volume do público usuário;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



IV - à existência de faixas de pedestres para travessia segura das vias públicas sinalizadas horizontal e verticalmente e corretamente iluminadas;

V - à reexecução das faixas de pedestre e da sinalização horizontal, sempre que houver recapeamento asfáltico das vias e logradouros;

VI - aos sinais de trânsito luminosos, em perfeito estado de conservação e manutenção;

VII - a tempo suficiente para travessia segura nas vias com sinais de trânsito, adequado a cada local e horário, de acordo com o fluxo e ritmo de mobilidade do público usuário, constituído de crianças, escolares, idosos, cadeirantes, portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, além de sinalização objetiva e adequada, quando a travessia de via com ilha central necessitar, por motivos técnicos, ser feita em etapas;

VIII - a passarelas nos pontos de maior periculosidade de travessia, com execução de segregação física da via, impedindo o trânsito de pedestres por baixo;

IX - aos programas de educação de trânsito para crianças, adolescentes, idosos e seus responsáveis legais;

X - às ruas exclusivas de pedestres inseridos no espaço urbano, valorizando a fruição da paisagem, o turismo, o comércio e serviço, o lazer e a recreação, adotando-se logística própria e específica para abastecimento de produtos e serviços, coleta de resíduos e circulação eventual de veículos de emergência;

XI - a ciclovias com sistema de sinalização horizontal e vertical, corretamente iluminadas, e utilização de materiais refletivos como elemento para visualização noturna para ciclistas e pedestres;

XII - à segurança urbana nas vias, logradouros, praças, passeios e calçadas, tendo protegido de pichações e depredações seu patrimônio histórico e arquitetônico;

XIII - ao equipamento e mobiliário urbano com projeto adequado, execução e instalação que facilite a mobilidade e a acessibilidade de todos os pedestres, inclusive a existência de lixeiras em cada face de quadra;

XIV - à utilização exclusiva de espécies vegetais adequadas, sadias e seguras na arborização e decoração dos passeios públicos e jardins contíguos à circulação dos pedestres, evitando eventuais ferimentos e acidentes;

XV - à utilização das vias e logradouros com a devida sinalização de trânsito, em especial placas verticais de velocidade máxima em quantidade e posição adequadas, nas passagens de pedestre, e, na sua falta, sinalização dos pontos seguros para atravessar as vias.

Art. 5º. São deveres do pedestre:

I - cumprir e zelar pelo cumprimento deste estatuto, comunicando ao Poder Público infrações e descumprimentos desta lei;

II - permanecer, andar e circular exclusivamente pelos passeios públicos e calçadas e somente atravessar as vias nas faixas destinadas aos pedestres ou nas esquinas das vias que não disponham de faixas de pedestres;

III - cumprir e respeitar a sinalização de trânsito, zelar por sua conservação, utilizar exclusivamente as faixas de pedestres, passarelas e passagens subterrâneas;

Fábio



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



IV - iniciar a travessia das vias somente quando o sinal de pedestres estiver aberto;

V - ajudar quaisquer crianças, idosos e pessoas com dificuldades durante a sua travessia das vias;

VI - não jogar lixo ou resíduos nas vias e logradouros, calçadas, praças e passeios públicos;

VII - caminhar pelo acostamento nas vias sem passeio ou calçada ou, quando não existir acostamento, o mais próximo da lateral da pista, em fila única, quando houver diversos pedestres;

VIII - manter seus cães com coleira e, para as espécies agressivas, também utilizar focinheiras, coletar as fezes dos seus animais, descartando os resíduos exclusivamente em lixeiras, quando caminhar nas vias, passeios, calçadas e praças públicas.

Art. 6º. O descumprimento dos deveres estabelecidos neste artigo poderá acarretar ao infrator as seguintes sanções:

I - a autoridade pública que presenciar infrações ao disposto nesta lei, ou mediante denúncia circunstanciada, orientará ou advertirá o infrator maior de idade para que reveja sua conduta;

II - a autoridade pública que presenciar infrações ao disposto nesta lei, causadas por menor de idade, o orientará, com dignidade e urbanidade, de acordo com o que foi estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou advertirá diretamente os pais e responsáveis do menor, nos casos de reincidências recorrentes, para que orientem sua conduta;

III - a autoridade pública que presenciar infrações ao disposto nesta lei, causadas por pessoa de idade avançada, o orientará com dignidade e urbanidade de acordo com o que foi estabelecido no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) ou advertirá diretamente os parentes ou os responsáveis pelo idoso, nos casos de reincidências recorrentes, para que o acompanhem em seus deslocamentos.

Art. 7º. O Poder Público priorizará o sistema de iluminação pública das vias e logradouros.

Art. 8º. As concessionárias e permissionárias de serviços públicos e as autorizadas que mantenham postes, equipamentos ou mobiliário urbano nas calçadas, praças e passeios públicos, em desacordo com o disposto nesta lei, deverão se adaptar, conforme diretrizes estabelecidas em ato próprio do Poder Executivo.

Parágrafo único. As concessionárias, permissionárias e autorizadas que não se adaptarem às disposições desta lei serão comunicadas para que promovam as modificações necessárias ou retirem seus equipamentos, ficando, em caso de descumprimento, sujeitas às seguintes penalidades, até o cumprimento das determinações municipais, devidamente regulamentadas em ato próprio pelo Poder Executivo:

I - advertência por escrito sobre cada local e situação a corrigir;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



II - advertência e prazo para correção da irregularidade;

III - censura pública;

IV - multa, a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 9º. Os imóveis públicos, com vagas de estacionamento nos recuos frontais e acesso por guias rebaixadas, deverão ter demarcados o limite físico entre seus alinhamentos e o logradouro, nos termos regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 10. O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Sapucaí, 13 de novembro de 2017.

Fábio de Souza Amarins
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhoras e senhores Vereadores,

Este projeto de lei tem o fim de assegurar ao cidadão o exercício de um de seus direitos mais essenciais, que é o da mobilidade, do transitar seguro. Disponibilizar ao município um diploma legal que defina, de maneira clara e precisa, tanto seus direitos como deveres e responsabilidades e, por outro lado, dotar a Administração Pública de um instrumento hábil para sua ação na defesa do direito de ir e vir em segurança e sem empecilhos, inerente à pessoa, na qualidade de pedestre. Representa, também uma resposta ao alto índice de mortes por atropelamento de pedestres e de acidentes de trânsito.

A livre circulação de pedestres nas calçadas tem sido objeto de intenso debate pela comunidade. A ocupação desordenada das calçadas tem resultado, de forma recorrente, em impossibilidade de circulação daqueles menos aptos a uma jornada de superação à obstáculos constituídos por equipamentos dispostos inadequadamente ou mesmo pelo seu estado de manutenção.

Mas não apenas os empecilhos decorrentes de obstáculos físicos suportados pelo transeunte são aspectos que merecem a observância de uma lei que pretende disciplinar o transitar do pedestre. Assim, também a disponibilização das regras aplicáveis ao seu deslocamento necessita ter ampla divulgação, e este instrumento será, certamente, o vetor disseminador deste conhecimento junto à comunidade.

O alto índice de atropelamento no trânsito, associado ao difícil transitar dos pedestres nas calçadas em decorrência da inadequação destes espaços às necessidades dos transeuntes em geral, e em especial das pessoas com e deficiência, indicam a relevância da introdução de medidas, por parte do Poder Público, que revertam esta triste estatística.

Assim, a Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí, ao aprovar este projeto, soma-se às inúmeras iniciativas já adotadas na defesa dos direitos e deveres do pedestre, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida do cidadão.

Portanto, confiante no espírito público de cada um de meus pares, aguardo a aprovação deste projeto.

Santa Rita do Sapucaí, 13 de novembro de 2017.


Fábio de Souza Amarins
Vereador